

Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A.

Demonstrações Financeiras referentes aos
exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022
com Relatório dos Auditores Independentes



CEASAMINAS
Centrais de Abastecimento

Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório da administração3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras9

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais.....13
Demonstrações do resultado.....15
Demonstrações do resultado abrangente16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido17
Demonstrações dos fluxos de caixa.....18
Demonstrações do valor adicionado19
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....20

Mensagem da Administração

Após três fatídicos anos cercados pela sombra da pandemia de coronavírus, a economia brasileira obteve uma ligeira retomada, que tão logo foi pulverizada pelo conflito entre Rússia e Ucrânia, bem como às incertezas internas relacionadas às eleições nacionais.

Neste contexto, a CEASAMINAS desempenhou um papel preponderante para a sociedade, principalmente em função das inúmeras ações realizadas no ano de 2022, nas quais corroboram o empenho da diretoria executiva, e de todo o seu corpo de colaboradores, com o objetivo de tornar a Companhia um referencial em nível nacional no seu setor de atuação.

Os números apresentados em 2022, com um lucro líquido acima dos R\$ 10 milhões, um prejuízo acumulado advindo de erros anteriores no qual foi reduzido em 2022 em aproximadamente 48%, atrelado a um Ebtida positivo em R\$ 11 milhões, demonstram que a Companhia encontra-se nos trilhos rumo a horizontes promissores.

Adicionalmente, a suspensão da sessão pública do Leilão do Edital BNDES nº 003/2022 - CEASAMINAS - PPI/PND, marcada para o dia 22 de dezembro de 2022, trouxe esperança à estatal, na perspectiva da retirada da CEASAMINAS do plano Nacional de Desestatização (PND) e conseqüentemente aquisição de novos investimentos.

Outrossim, ao longo do ano, tivemos que tomar decisões difíceis, mas necessárias, que impactaram de forma significativa os resultados da Companhia, tais medidas, trazem no presente, segurança, transparência e comprometimento desta administração com a real situação econômico-financeira da Companhia.

Implementação de controles, mitigação de riscos, contratação de mão de obra técnica qualificada, treinamento e qualificação de seus colaboradores, e diversas outras ações que somadas apontam para um futuro melhor, corroboram com o slogan da Companhia que é uma CEASAMINAS cada vez mais, plantando futuro, colhendo saúde e distribuindo cidadania.

Por fim, agradecemos ao corpo de colaboradores da CEASAMINAS pelos resultados apresentados, ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê Estatutário de Auditoria pela confiança, parceria e incentivo na procura de novas soluções e melhorias em nosso ambiente de negócios.

Sobre a CEASAMINAS

As Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A. – CEASAMINAS criada na forma da Lei Estadual nº. 5.577, de 20 de outubro de 1970 é uma sociedade de economia mista com 99,57% das ações ordinárias nominativas pertencentes à União Federal.

Atualmente, a CEASAMINAS possui seis entrepostos, localizados nos municípios mineiros de Contagem (Grande Belo Horizonte), Uberlândia, Juiz de Fora, Caratinga, Governador Valadares e Barbacena, não possui participação acionária em outras sociedades.

A Companhia possui um mix de empresas instaladas em seu complexo nas quais abrangem toda a cadeia alimentar, em Contagem, MG estão instaladas 520 empresas concessionárias atuando em segmentos de comércio de frutas, legumes e verduras, cereais, auto atacado e serviços complementares.

Ao longo dos quase 49 anos, a CEASAMINAS tem sido considerada referência para outras Ceasas em áreas como a de tecnologias da informação. Neste sentido o maior destaque é o ITECNET, novo sistema de processamento de dados de oferta e preços de produtos na CEASAMINAS.



Relatório da Administração 2022

Dentre as vantagens do ITECNET estão a entrada de dados mais rápida, tanto os lançamentos da portaria como os da pesquisa de preços. Além disso, há a integração com o sistema de gestão de comercialização do Mercado Livre do Produtor (MLP). Outra vantagem do ITECNET é que os relatórios podem ser gerados em vários formatos de arquivo (Word, Excel e PDF por exemplo). Estes relatórios são utilizados internamente e também para atender a demandas da Emater, Banco do Brasil, imprensa, Fundação Getúlio Vargas, Prefeituras, dentre outras instituições.

O ITECNET veio para substituir o DETECWEB, antigo sistema de informática desenvolvido na CEASAMINAS e que teve grande sucesso. Foi o DETECWEB que levou a informação a todos que precisavam dela, como Extensão Rural, universidades e prefeituras municipais, por exemplo.

O DETECWEB foi tão importante que passou a ser usado pela Conab com o nome de SIMAB. Com este nome, ele foi instalado também em outras Ceasas do Brasil, como as do Acre, Campinas e Rio de Janeiro. É uma demonstração de que a CEASAMINAS tem grande importância para a sociedade brasileira.

Dados gerais consolidados da Companhia:

Descrição

Empresas estabelecidas:	773
Produtores rurais ativos:	4.443
Empregos diretos:	19.730
Municípios fornecedores:	1.869
Municípios compradores:	890
População flutuante média máxima (pessoas/dia):	90.450

Modelo de Negócios

As receitas da Companhia são oriundas das concessões públicas dos espaços de comercialização a empresários que desejam se instalar nos entrepostos e também de produtores rurais que têm na estatal uma das formas de escoamento de sua produção, ou seja, a estatal não realiza a comercialização de mercadoria, a sua receita operacional vem única e exclusivamente das tarifas cobradas pela utilização de seus espaços pelos agentes retromencionados.

Suas fontes de receitas derivam dos seguintes itens:

- a) **Tarifa de Uso** - São originárias dos Contratos de Concessão de Uso em obediência à Lei n. 8.666/93, substituída pela Lei n. 13.303/16. A receita relativa à “tarifa de uso – box” registrou o efeito comparativo dos períodos findos em 2022 e 2021 (principal fonte de recurso da Companhia). Cabe salientar, que em maio de 2022 houve uma correção de tarifa na ordem de 8,86%.
- b) **Tarifa de Transferência** – Refere-se à receita com a transferência por alteração societária das concessionárias da Companhia (detentoras do direito de uso do espaço concedido), calculadas à razão de 20% do valor avaliado para aludido espaço.
- c) **Tarifa de Administração** - A “Tarifa de Administração” é arrecadada pela Companhia para administração do condomínio.
- d) **Processos Licitatórios** - A receita com “Processos Licitatórios” decorre do valor cobrado para concessão de uso de espaços determinados nos entrepostos da Companhia.



Relatório da Administração 2022

- e) **Receitas dos Mercados Livres do Produtor - MLP's** – Refere-se à permissão de áreas delimitadas nos Mercados Livres do Produtor – MLP's dos entrepostos da Companhia para a exposição e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros pelos Produtores Rurais. Outrossim, essas “Receitas dos Mercados Livres do Produtor – MLP's” constituem a principal fonte de receita dos Mercados Livres do Produtor – MLP's existentes na Companhia.

O quadro abaixo apresenta a evolução da receita bruta anual de todas as fontes citas acima para o período de 2022 e 2021:

Receita Bruta Anual	Valores apresentados em R\$ mil		
	31/12/2022	▲ %	31/12/2021
Tarifa de uso – Boxe	38.746	12,86%	34.330
Receitas dos MLP's	14.161	17,53%	12.049
Tarifa de administração	2.758	24,01%	2.224
Tarifa de transferência	2.413	-33,69%	3.639
Processos Licitatórios	7.711	46,46%	5.265
Estacionamento	675	19,26%	566
	66.464	14,45%	58.073

Fatores Micro e Macro econômicos

O ano de 2022 pode ser considerado um marco histórico no conturbado cenário econômico mundial. Cercado pela sombra da pandemia de coronavírus que hora ou outra ainda aparece com graves consequências, a história reserva um capítulo especial para o conflito entre Rússia e Ucrânia, com efeitos geopolíticos não somente na Europa, como também em países sem qualquer relação direta com o conflito, gerando impactos significativos na cadeia de suprimentos global.

São inúmeros os efeitos deste conflito na economia brasileira, a citar: alta na taxa básica de juros; inflação de 5,79%, acima da meta estabelecida pelo Banco Central que era de 3%; elevação no preço dos combustíveis; dentre outros. O agronegócio, um dos principais setores na cadeia de produção alimentar, sofreu impactos significativos com o conflito, principalmente com a alta dos preços dos fertilizantes, desencadeando efeitos diretos no custo de produção.

Além disso, cabe destacar que não apenas o conflito foi o grande vilão para a economia brasileira, o cenário político instável que o país viveu em 2022, propiciou incertezas acerca do futuro econômico nacional.

Em meio a forte onda de desconfiança e incerteza do mercado a CEASAMINAS, assim como em 2021, deu continuidade à proposição de manter as condições necessárias para que a comercialização em seus entrepostos ocorresse dentro das normas de higiene e saúde impostas pelos órgãos de saúde.

Resultados Financeiros

Índices financeiros (Liquidez e Ebitda)

O quadro abaixo a evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia para os períodos de 2022 e 2021:

Índices	31/12/2022	▲ %	31/12/2021
Liquidez corrente (Ativo Circulante/ Passivo Circulante)	3,76	20,93%	3,11
Liquidez imediata (Caixa e equivalentes de caixa/ Passivo Circulante)	2,78	49,21%	1,86
Liquidez seca ((Ativo Circulante – Estoques) / Passivo Circulante)	3,75	21,01%	3,10



Relatório da Administração 2022

Liquidez geral ((Ativo Circulante + Não circulante) / (Passivo Circulante + Não circulante))	1,20	17,00%	1,03
Capital de giro líquido (em R\$ mil) (Ativo Circulante - Passivo Circulante)	39.169	25,04%	31.325

O quadro acima demonstra o grau de liquidez em que a Companhia está exposta, e principalmente a excelente evolução destes indicadores ao longo de 2021 a 2022. O Capital de giro líquido (CGL) apresenta cerca de 25% de sobra em comparação com o mesmo período de 2021, ou seja, caso a Companhia liquidasse todas as suas obrigações circulantes na data dos respectivos demonstrativos ainda lhe sobraria R\$39.169.

No que tange ao *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* (Ebitda), apresentamos abaixo a evolução deste indicador com os respectivos ajustes relacionados ao resultado financeiro e despesas com depreciação e amortização ocorridas no período.

No quadro abaixo é possível verificar uma significativa melhoria no Ebitda da Companhia, a destacar o lucro antes dos impostos no qual em 2021 era negativo em R\$ 10 milhões e em 2022, saltou para R\$ 18 milhões positivos. Esta variação positiva decorre das excelentes decisões técnicas que a Administração tem tomado ao longo de 2022, principalmente com a qualificação técnica da equipe financeira.

Ebitda	Valores apresentados em R\$ mil		
	31/12/2022	▲ %	31/12/2021
Lair	18.731	-277,23%	(10.569)
(-) Receitas financeiras	(8.175)	129,63%	(3.560)
(+) Despesas financeiras	894	114,39%	417
(+) Depreciação e amortização	4	-90,48%	42
Ebitda	11.454	-183,79%	(13.670)

Resultado do Exercício 2022 e 2021

Após tenebrosos anos vividos pela Companhia, nos quais desencadearam em prejuízos acumulados relevantes, em 2022 após correções estratégicas em diversos setores da Companhia, a CEASAMINAS começa a projetar um futuro promissor pela frente. Tal entendimento parte da premissa do resultado líquido obtido em 2022 no montante de R\$ 10 milhões, conforme apresentado o quadro abaixo.

	Valores apresentados em R\$ mil		
	31/12/2022	▲ %	31/12/2021
(+) Receita bruta	66.464	14,45%	58.073
(-) Deduções da receita	(5.098)	21,27%	(4.204)
(-) Despesas gerais e administrativas	(44.412)	26,53%	(35.101)
(-) Despesas com contingências	(5.590)	-82,87%	(32.625)
(+/-) Outras receitas e despesas	86	-40,69%	145
(+/-) Resultado financeiro	7.281	131,66%	3.143
(-) IRPJ e CSLL	(8.250)	20,84%	(6.827)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.481	-160,25%	(17.396)

Cabe salientar, que a Administração tem como meta tornar este resultado ainda melhor, principalmente com a implantação de um planejamento estratégico adequado, mudanças pontuais em diversos setores da Companhia, investimento em qualificação técnica, treinamentos e implantação de políticas em acordo com a legislação e normas internacionais e contabilidade.

Recursos Humanos

Entendemos que para uma determinada Companhia obtenha sucesso em suas atividades, tudo começa com o sucesso da equipe.

Para isso, a CEASAMINAS busca de forma constante o aperfeiçoamento e qualificação de seus colaboradores, bem como o fornecimento de um local de trabalho seguro, administrado e inclusivo, no qual permita aos nossos colaboradores prosperar e ter um futuro melhor.

Temos pela nossa gente, satisfação, orgulho e carinho, independente do seu vínculo de trabalho. Em 2022, nosso quadro de colaboradores era formado da seguinte forma:

Local	Quantidade
Barbacena	3
Caratinga	6
Contagem	175
Juiz de Fora	4
Uberlândia	10
Governador Valadares	5
Total	203

Além disso, em nosso planejamento estratégico incluímos constantemente a execução de cursos e treinamentos para líderes, coordenadores, e diretoria com o objetivo de tornarmos cada vez mais relevantes no que tange a uma prestação de serviços de qualidade a todos os nossos clientes e fornecedores.

Para tanto, o quadro abaixo apresenta os cursos e quantidade de colaboradores treinados em 2022:

Descrição	Quantidade de colaboradores treinados	Área
Lei de acesso à informação	1	AUDIN
VI Fórum nacional de controle	1	AUDIN
1ª Semana nacional de controle interno	1	AUDIN
Análise e Melhoria de Processos	1	AUDIN
Provas no processo administrativo disciplinar	1	AUDIN
Planejamento estratégico para organizações públicas	1	AUDIN
Curso sobre o manual de orientações técnicas da atividade de auditoria interna governamental	1	AUDIN
NR 06	8	DEINFRA
NR 10	4	DEINFRA
NR 18	7	DEINFRA
NR 35	6	DEINFRA
E-Social voltado para saúde e segurança no trabalho	1	DEREH
TOTVS reports	6	DETIN
Governança em conformidade com a Lei nº. 13.303/2016	10	Diretoria e Conselho
Normas Internacionais de Contabilidade	12	Diversos
Liderança e gestão de equipes	34	Lideranças
Excelência no atendimento	31	Orientadores de Mercado
Planejamento estratégico	26	Planejamento Estratégico
Curso online de capacitação e certificação em ouvidoria	1	Ouvidoria
Compliance e governança: da conformidade legal à integridade corporativa	2	SEGER
Comportamento ético no ambiente de trabalho	4	SEMPT
Total	159	

Adicionalmente, a área de Recursos Humanos atua respeitando leis e normas locais, com suporte com incentivo a novos talentos, contratação e manutenção de colaboradores, seguindo padrões que atendem à cultura corporativa da Companhia.

Sustentabilidade

A CEASAMINAS assinou um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental com o Instituto Estadual de Florestas (IEF), por meio do qual se comprometeu a repassar mais de R\$ 250 mil reais, que serão utilizados pelo instituto na realização de quatro ações: regularização fundiária, plano de manejo, bens e serviços, estudos para criação de Unidades de Conservação e desenvolvimento de pesquisas em unidade de conservação e área de amortecimento.

A compensação ambiental foi instituída pela Lei Federal 9.985/2000 como um instrumento econômico com o objetivo de contrabalancear os impactos ambientais ocorridos na implantação ou operação de um empreendimento. Dessa maneira, os custos sociais e ambientais identificados no licenciamento ambiental são incorporados aos custos globais do empreendedor para que este compense o impacto ambiental gerado pela instalação do seu negócio.

Investimentos, Pesquisa e Desenvolvimento, e Planejamento Estratégico

Em 2022, a Companhia não efetuou investimentos, bem como desenvolveu pesquisas e desenvolvimentos relevantes que mereçam atenção. Ressalta-se, que a administração da Companhia esta empenhada na elaboração de um planejamento estratégico cujo objetivo será a melhoria dos indicadores de desempenho de todos os setores que a envolvem nos exercícios vindouros.

Governança Corporativa

A Assembleia Geral é o órgão máximo da CEASAMINAS, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto.

O Conselho de Administração é órgão de deliberação estratégica e colegiada da Companhia e deve exercer suas atribuições considerando os interesses de longo prazo da mesma, os impactos decorrentes de suas atividades na sociedade e no meio ambiente e os deveres fiduciários de seus membros, em alinhamento ao disposto na Lei nº 13.303/2016. Além disso, é responsável pela tomada de decisões e formulação de diretrizes e políticas gerais referentes aos negócios da Companhia, incluindo suas estratégias de longo prazo.

O Conselho de Administração é composto por 04 (quatro) membros, no qual nomeia os diretores da Companhia e supervisiona suas atividades.

O Conselho Fiscal, composto por 03 (três) membros, é o órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual.

O Comitê de Auditoria Estatutário, composto por 03 (três) membros, é um órgão de suporte ao Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente.

A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da companhia em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração.

Elaboração e Conteúdo | Diretoria Executiva.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores das
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. (“CEASAMINAS” ou “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para a opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Ativo Imobilizado

Conforme mencionado na nota explicativa 9, a Companhia constituiu provisão para perda por redução ao valor recuperável (“impairment”), cujos os valores residuais não representavam com fidedignidade a recuperabilidade destes ativos. Adicionalmente, em outubro de 2022, a Companhia efetuou a contratação de empresa especializada em gestão de imobilizado com o objetivo de efetuar o levantamento de todo seu ativo imobilizado mediante inventário físico, bem como a respectiva vida útil remanescente destes ativos, a correta taxa de depreciação, como também a respectiva classificação contábil, e os itens que precisarão serem baixados seja pela inexistência e/ou sucateamento dos mesmos. Consequentemente, não nos foi possível concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre o valor registrado contabilmente da provisão para perda por redução ao valor recuperável (“impairment”), bem como dos possíveis impactos referentes ao resultado do trabalho da empresa especializada em gestão de imobilizado, e o processo de reconciliação efetuado pela Companhia até sua conclusão.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

1. Programa nacional de desestatização – PND

Conforme mencionado na nota explicativa 23, a Companhia está incluída no Programa Nacional de Desestatização, com vista à sua privatização. Chamamos a atenção para o fato que quaisquer decisões do governo federal, sobre a desestatização da Companhia, poderão vir a causar modificações de forma significativa nas demonstrações financeiras da mesma.

2. Cobertura de seguros

Conforme nota explicativa 22, a Companhia possui apólices de seguros para responsabilidade cível e ações trabalhistas. Chamamos a atenção que a Companhia não possui cobertura de seguro para os ativos imobilizados.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS e cuja a apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 17 de abril de 2023.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1



Octavio Romeu Roland Neto
Contador CRC- 1MG080487/O-4

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS
 Balanços patrimoniais
 Em 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais)



Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	39.415	27.640
Contas a receber de clientes	6	10.075	15.287
Estoques		178	184
Adiantamentos		313	197
Tributos a recuperar		255	72
Outros ativos circulantes	7	3.105	2.774
		53.341	46.154
Não circulante			
Caixa restrito	8	-	6.551
Depósitos judiciais	14.4	24.370	7.964
Instrumentos financeiros		414	383
Imobilizado	9	1.432	1.430
Intangível		323	316
Outros ativos não circulantes	7	-	10
		26.539	16.654
Total do Ativo		79.880	62.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS
 Balanços patrimoniais
 Em 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais)



Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	10	3.684	3.746
Obrigações sociais	11	3.841	3.831
Obrigações tributárias	12	2.544	2.368
Dividendos propostos	16.2	-	1.284
Outros passivos circulantes	13	4.103	3.600
		14.172	14.829
Não circulante			
Provisão para contingências	14	45.336	39.791
Crédito Estado de Minas Gerais	15	6.305	6.305
Outros passivos não circulantes	13	503	84
		52.144	46.180
Patrimônio líquido			
Capital social	16	26.138	26.138
Prejuízos acumulados		(12.574)	(24.339)
		13.564	1.799
Total do passivo e patrimônio líquido		79.880	62.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS
 Demonstrações dos resultados
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
RECEITA LÍQUIDA	17	61.366	53.869
		61.366	53.869
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	18	(44.412)	(35.101)
Outras receitas (despesas) operacionais		86	145
Despesas com contingências	14	(5.590)	(32.625)
		(49.916)	(67.581)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		11.450	(13.712)
Despesas financeiras	19	(894)	(417)
Receitas financeiras	19	8.175	3.560
Resultado financeiro		7.281	3.143
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		18.731	(10.569)
(-) Impostos correntes	20	(8.250)	(6.827)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		10.481	(17.396)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS
Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)



	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.481	(17.396)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente de exercício	10.481	(17.396)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)



	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	26.138	(6.943)	19.195
Prejuízo do exercício	-	(17.396)	(17.396)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	26.138	(24.339)	1.799
Lucro líquido do exercício	-	10.481	10.481
Reversão de dividendos propostos	-	1.284	1.284
Saldos em 31 de dezembro de 2022	26.138	(12.574)	13.564

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

Demonstrações dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)



	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.481	(17.396)
Ajustes por:		
Amortização	4	42
Provisão (reversão) para perda de crédito esperadas	7.608	566
Despesas com contingências	5.590	32.625
Imposto de renda e contribuição social	8.250	6.827
Lucro (prejuízo) do exercício ajustado	<u>31.933</u>	<u>22.664</u>
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber de clientes	(2.396)	643
Estoques	6	(38)
Adiantamentos	(116)	(99)
Tributos a recuperar	(183)	(8)
Depósitos judiciais	(16.406)	(1.384)
Outros ativos	(321)	(264)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(62)	135
Obrigações sociais	10	340
Obrigações tributárias	246	(1.576)
Pagamento de contingências	(45)	(2.090)
Outros passivos	922	99
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	(8.320)	(5.990)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>5.268</u>	<u>12.432</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível e imobilizado	(13)	(79)
Instrumentos financeiros	(31)	122
Caixa restrito	6.551	(1.227)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>6.507</u>	<u>(1.184)</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>11.775</u>	<u>11.248</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27.640	16.392
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>39.415</u>	<u>27.640</u>
	<u>11.775</u>	<u>11.248</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS
 Demonstrações do valor adicionado
 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais)



	31/12/2022	31/12/2021
RECEITAS	58.942	57.652
Serviços e concessionários de uso	66.464	58.073
Outras receitas	86	145
Estimativa de perda com créditos de liquidação duvidosa	(7.608)	(566)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(19.491)	(44.787)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(18.597)	(44.370)
Despesas financeiras	(894)	(417)
VALOR ADICIONADO BRUTO	39.451	12.865
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(4)	(42)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	39.447	12.823
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	8.175	3.560
Receitas financeiras	8.175	3.560
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	47.622	16.383
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	47.622	16.383
Pessoal	23.793	22.748
Remuneração direta	14.977	14.682
Benefícios	7.621	6.852
FGTS	1.195	1.214
Impostos taxas e contribuições	13.348	11.031
Federais	13.271	10.973
Municipais	77	58
Remuneração de Capitais Próprios	10.481	(17.396)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.481	(17.396)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

As Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – (“CEASAMINAS” ou “Companhia”), sociedade de economia mista constituída sob a forma de capital fechado é uma sociedade por ações regida pelo estatuto, especialmente, pela Lei de criação Estadual nº 5.577, de 20 de outubro 1.970, pelas Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais legislações aplicáveis.

Sob controle acionário da União Federal, a Companhia tem como compromisso estatutário, entre outros, executar, por meio da implantação, instalação e administração de entrepostos atacadistas, a política de abastecimento no Estado de Minas Gerais, visando orientar e disciplinar a comercialização e distribuição de hortifrutigranjeiros e outros produtos alimentícios sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

As demonstrações financeiras da Companhia consolidam o movimento financeiro dos entrepostos localizados nos municípios de Barbacena/MG, Uberaba/MG, Uberlândia/MG, Governador Valadares/MG, Juiz de Fora/MG, Caratinga/MG e Contagem/MG.

Além disso, consolidam a política Estadual de Desenvolvimento Agrícola estabelecida por meio da Lei nº 11.405/1994 do Estado de Minas Gerais, especialmente às determinações contidas na Seção XI, artigos 51 a 58, constando que o poder público deverá promover o abastecimento interno e implantar programa em relação aos mercados livres de produtores junto às Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A.

Cabe salientar, que a Lei nº. 12.422/1996 do Estado de Minas Gerais autorizou ao respectivo Poder Executivo alienar sua participação acionária na CEASAMINAS para a União Federal à exceção do domínio e da posse relativa aos bens necessários à preservação do Mercado Livre do Produtor e a coordenação e controle da política de abastecimento no Estado de Minas Gerais, conforme estatuído no parágrafo único do artigo 2º.

Neste contexto, o Decreto nº. 40.963/2000 do Estado de Minas Gerais, regulamentador da citada Lei nº. 12.422/1996, discriminou os bens que o Estado de Minas Gerais manteria sob seu domínio e posse localizados no interior dos entrepostos da CESAMINAS.

Para tanto, o Estado de Minas Gerais e a Companhia firmaram Termo de Cooperação objetivando garantir o funcionamento pleno das unidades dos Mercados Livres dos Produtores - MLPs, por meio da delegação da gestão administrativa, financeira, contábil e técnico-operacional dos espaços à CEASAMINAS, logo, os Mercados Livres dos Produtores - MLPs são indispensáveis à política de abastecimento do Estado de Minas Gerais.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia, aprovadas pela respectiva Diretoria Executiva em 17 de abril de 2023, foram elaboradas no curso normal de negócios, não sendo identificada, pela Administração da Companhia, nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade financeira, operacional e a continuidade de suas atividades nos próximos 12 meses.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC em consonância às diretrizes do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados conforme os respectivos prazos de realização, sendo demonstrados (i) ao custo de aquisição, (ii) acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios e (iii) deduzidos, quando aplicáveis, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

3.2. Contas a receber de clientes

Os créditos a receber de clientes são decorrentes dos contratos de concessão de uso remunerado com terceiros e estão registrados pelo valor original, reconhecendo, quando aplicável, as atualizações com base em índices contratuais deduzidos da provisão para perdas de crédito esperadas.

3.3. Imobilizado

De acordo com o CPC 27 / IAS 16, o ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na legislação fiscal.

3.3.1 Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment")

A Companhia tem como prática verificar se há evidência objetiva de que o ativo ou o grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros puderem ser estimados de maneira confiável.

3.4. Intangível

O ativo intangível, composto por marcas e direitos de uso, é demonstrado pelo custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pela vida útil estimada de 20% ao ano de acordo com a legislação fiscal.

3.5. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

3.6. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício financeiro. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional (i) de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes.

3.7. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. Nessas circunstâncias, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte (exemplo: por força de um contrato de seguro), o reembolso é reconhecido como um ativo separado (mas apenas quando for praticamente certo). A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado líquido de qualquer reembolso.

Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Com base em pareceres jurídicos e considerando que os procedimentos adotados pela Companhia guardam conformidade com as provisões legais e regulamentares, é constituída provisão nos casos em que os riscos são considerados prováveis.

A Administração da Companhia, com base nos dados que lhes são apresentados pela equipe técnica competente, acredita que as provisões são suficientes para fazer face às perdas estimadas para essas contingências.

3.8. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o decurso de tempo de trabalho desses respectivos empregados. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função do tempo de trabalho prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.9. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e as despesas financeiras da Companhia compreendem, essencialmente: (i) rendimentos de aplicações financeiras; (ii) receita e despesa de juros; (iii) receitas de multas contratuais e (iv) variações monetárias. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado do período de competência.

3.10. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas em conformidade ao pronunciamento contábil CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A demonstração do valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09/NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e apresentada como informação suplementar.

3.11. Arrendamento

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones).

Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia usa sua taxa incremental de captação.

As taxas incrementais de captação dependem do prazo, moeda e data de início do arrendamento e poderá ser considerada mediante a taxa de juros disponível no mercado para um ativo de mesma natureza e característica.

Em 2022, a Companhia efetuou inventário físico e análise de todos os contratos de arrendamento mercantil de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Não foi efetuado nenhum registro de arrendamento em função dos contratos efetuados pela Companhia possuírem prazo igual e/ou inferior a 12 meses.

4. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2022, as respectivas alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração quando aplicáveis a Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras no que tange a sua aplicação:

Pronunciamento	Alteração
Alterações a IFRS 3/CPC 15 (R1)	A referida alteração traz mudanças referente à Estrutura Conceitual de 2018, nas quais também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adote a IAS 37 (CPC 25) com o objetivo de determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

Notas explicativas as demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)



Pronunciamento	Alteração
Alterações à IAS 16/CPC 27 Imobilizado — Recursos Antes do Uso Pretendido	Nesta alteração, fica proibido de deduzir do custo um item do imobilizado no qual o recurso seja proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Conseqüentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Trazem lucidez acerca das taxas nas quais devem ser incluídas no teste de baixa de passivos financeiros.
IFRS 16/CPC 06 - Arrendamentos	Alteração do exemplo 13, com a inclusão do exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
IFRS 1/CPC 37 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros	Melhora a aplicabilidade da norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
IAS 41/CP 29 - Ativos Biológicos	Remove a exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.
Alterações à IAS 37/CPC 25 Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato	Traz a especificação de que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Assim sendo, os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	Alterações à; IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros; IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos; IAS 41/CPC 29 – Agricultura.

Outrossim, o IASB (*International Accounting Standards*) tem estudado possíveis mudanças a emissão de novos pronunciamentos, bem como revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente a partir de 01 de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo eles:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IAS 1	Divulgação de políticas materiais significativas	01 de janeiro de 2023
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01 de janeiro de 2024
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01 de janeiro de 2023
Alterações à IAS 08	Mudanças nas estimativas contábeis e correção de erros.	01 de janeiro de 2023
Alterações à IAS 12	Estabelece o reconhecimento do diferido sobre as transações de arrendamentos.	01 de janeiro de 2023

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras intermediárias condensadas em períodos futuros.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

Notas explicativas as demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

O saldo de caixa e equivalentes estava assim demonstrado nos respectivos períodos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	24	11
Bancos conta movimento	128	406
Aplicações financeiras (i)	39.263	27.223
	<u>39.415</u>	<u>27.640</u>

i) As aplicações financeiras são remuneradas pelas taxas médias entre 79,34% a 99% em 31 dezembro de 2022 (56% a 100% em 31 dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). São aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e com vencimentos originais de até 90 dias.

6. Contas a receber de clientes**a) Composição**

O saldo das contas a receber da Companhia pode ser assim demonstrado:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valores a receber de clientes	24.104	22.397
Acordos com clientes	4.504	3.815
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (i)	(18.533)	(10.925)
	<u>10.075</u>	<u>15.287</u>

(i) Os acordos com clientes referem-se a inadimplentes que repactam seus débitos junto à Companhia sobre títulos vencidos em um prazo de até 06 parcelas mensais. A variação dos períodos ocorreu em função da repactuação dos montantes junto a estes e outros inadimplentes.

b) Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas

O quadro abaixo apresenta a movimentação ocorrida nos respectivos períodos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	(10.925)	(10.359)
(+) Constituição (ii)	(7.608)	(1.661)
(-) Reversão	-	1.095
Saldo final	(18.533)	(10.925)

(ii) Em 2022, a Companhia realizou a revisão do contas a receber, bem como a metodologia de avaliação e registro das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, tal revisão gerou um efeito significativo nas perdas, no qual a Companhia acredita ser suficiente para representar a recuperabilidade deste grupo de ativos.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

Notas explicativas as demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

**7. Outros ativos circulantes e não circulantes**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado RDC – Recuperação Despesa Comuns (a)	2.575	2.043
Vale-transporte e alimentação	224	385
Vina Equipamentos e Construções Ltda. (b)	235	235
Outros ativos	71	121
	<u>3.105</u>	<u>2.784</u>
Circulante	3.105	2.774
Não circulante	-	10

- a) A Companhia firma contratos de concessão de uso mediante prévio processo licitatório (anteriormente embasado na lei 8.666/93 e atualmente pela Lei 13.303/16), onde concede espaço físico imobiliário por um prazo de 20 a 25 anos com os usuários dos entrepostos sobre seu controle. Os aludidos contatos preveem tarifa de uso para utilização dos espaços concedidos calculada conforme o m² (metro quadrado) disponibilizado.

Os contratos de concessão de uso prevêm uma segunda tarifa denominada “Rateio de Despesas Comuns. – RDC”, cujo objetivo é custear as despesas de manutenção do espaço físico dos entrepostos utilizadas por todos os concessionários e abaixo discriminadas.

- Iluminação Pública de uso comum;
- Manutenção em Edificações;
- Manutenção em instalações (rede fluvial, rede elétrica, arruamento, jardinagem e trânsito de veículos);
- Água e esgoto,
- Pessoal próprio e terceirizado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou déficit das operações com RDC – Recuperação de Despesas Comuns, saldo devedor apurado em Conta Gráfica relativa ao “Rateio de Despesas Comuns – RDC” relativas aos entrepostos de Barbacena/MG, Caratinga/MG e Governador Valadares/MG.

- b) Refere-se a serviços que serão absorvidos pelo “Rateio de Despesas Comuns RDC”.

8. Caixa restrito (aplicação financeira)

Em 19 de dezembro de 2020, foi efetuado seguro garantia judicial para execução trabalhista no processo nº. 0010346-49.2016.5.03.0031 mantido pelo Sindicato dos Advogados de Minas Gerais em ação judicial dos advogados funcionários da Ceasaminas, pleiteando redução de jornada de trabalho.

Em 31 de dezembro de 2022, em função do vencimento e renovação da apólice do seguro contratado relativo ao referido processo, a Companhia não possui valores caucionados para a referida apólice.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Banco Bradesco S/A.	-	6.551
	-	<u>6.551</u>

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

Notas explicativas as demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

**9. Imobilizado**

O ativo imobilizado da Companhia para o período de apresentação estava assim representado:

	Terrenos	Edificações	Instalações	Bens Estado de Minas Gerais	Outros ativos (*)	Total
Em 31 de dezembro de 2020	1.430	-	-	-	-	1.430
Em 31 de dezembro de 2021	1.430	-	-	-	-	1.430
Adições	-	-	-	-	2	2
Em 31 de dezembro de 2022	1.430	-	-	-	2	1.432

(*) Refere-se a urbanizações, máquinas e equipamentos, máquinas de escritório, móveis e utensílios, aparelhos de telecomunicações, aparelhos de informática e imobilizados em andamento.

Em 31 de dezembro de 2021, mediante reapresentação das demonstrações financeiras de 2019 a 2021 a Companhia constituiu para perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) o montante total de R\$ 26.050 cujos valores residuais não representavam com fidedignidade a realidade da recuperabilidade destes ativos anteriormente publicado.

Em outubro de 2022, a Companhia efetuou a contratação da empresa especializada em gestão de imobilizado Avance Ativo Imobilizado Ltda. ("Avance"), com o objetivo de efetuar o levantamento de todo seu ativo imobilizado mediante inventário físico, bem como a respectiva vida útil remanescente destes ativos, a correta taxa de depreciação, como também a respectiva classificação contábil, e os itens que precisarão serem baixados seja pela inexistência e/ou sucateamento dos mesmos.

Em março de 2023, o trabalho efetuado pela Avance foi concluído e atualmente a Companhia está em processo de conciliação dos valores dos ativos identificados, bem como levantamento de 100% da documentação suporte, estima-se que a conclusão dos trabalhos será concluído até o segundo trimestre de 2023.

Neste contexto, itens nos quais foram provisionados como redução ao valor recuperável (*impairment*), poderão retornar, com os corretos dados necessários para validação da geração de benefícios econômicos destes respectivos ativos.

10. Fornecedores

Os saldos relativos a conta fornecedores estão apresentados pelos mais relevantes da Companhia. Todos mantendo contratos em consonância aos ditames das Leis 8.666/93 e Lei 13.303/16, para fornecimento de material e prestação de serviços, são eles:

	31/12/2022	31/12/2021
Cemig Geração e Transmissão S.A	1.115	1.173
Prefeitura Municipal de Contagem	146	113
Construtora Terrayama Ltda	59	329
Sodexo Pass do Brasil Serviços Comércio	-	170
Transimão Transp.Urbanos e Turismos Ltda	-	196
Vina equipamentos e Construcoes Ltda	278	352
Segex Segurança Privada Eireli	279	260
Agile Empreendimentos e Serv.Eireli	-	304
Empresa Mineira de Computadores	82	32
		27

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

Notas explicativas as demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)



Conservo Serviços Gerais Ltda	392	4
JRL Engenharia Ltda.	100	46
Saneape Soluções Ambientais EIRELI	509	-
Fornecedores diversos	724	767
	3.684	3.746

11. Obrigações sociais

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de férias	2.007	1.972
Participação de empregados - PLR (a)	143	143
Participação de administradores - PLR (a)	77	77
INSS a pagar	739	773
FGTS a pagar	164	162
INSS sobre férias	488	479
FGTS sobre férias	171	168
Outras obrigações sociais	52	57
	3.841	3.831

- (a) As participações dos empregados no “Programa de Participação nos Lucros e Resultados – PLR” e a “Remuneração Variável dos Administradores – RVA” são previamente aprovadas pelo seu Conselho de Administração e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, órgão do Ministério da Economia.

A “Participação nos Lucros e Resultados – PLR” é calculada em 6% do resultado do exercício e não poderá ultrapassar 25% dos dividendos propostos, com base em índice e metas predefinidas; a “Remuneração Variável dos Administradores – RVA” estabelece às condições para que a diretoria executiva da estatal participe dos resultados da Companhia.

Em 2022, a Companhia não registrou provisão para a rubrica em função da absorção dos prejuízos acumulados.

12. Obrigações tributárias

O saldo referente as obrigações tributárias podem ser assim apresentadas:

	31/12/2022	31/12/2021
ISSQN a recolher	143	155
COFINS a recolher	390	276
PIS a recolher	82	59
IRRF a recolher	265	258
IRPJ e CSLL a pagar	1.068	998
PIS/COFINS/CSSL sobre terceiros	596	619
Outras obrigações tributárias	-	3
	2.544	2.368

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

Notas explicativas as demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

**13. Outros passivos circulantes e não circulantes**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Crédito de usuários (a)	236	398
Assoc. Comerciantes Uberlândia ACCU	160	127
Convênio Polícia Militar de Minas Gerais/CEASA-MG	125	223
CONAB - Cia Nacional de Abastecimento (b)	575	575
Conta Gráfica Recup.Desp.Comuns (c)	1.340	513
Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros das Ceasas do Estado de Minas Gerais	279	110
ACCEASA	444	438
Conta Graf.Rec.Desp.Comuns-Juiz de Fora (c)	392	420
Outras contas a pagar	1.055	880
	<u>4.606</u>	<u>3.684</u>
Circulante	4.103	3.600
Não circulante	503	84

(a) Os créditos de terceiros referem-se ao reconhecimento de obrigações para com terceiros.

(b) As obrigações mencionadas nas demonstrações financeiras se referem à antiga dívida contraída junto à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB para construções de edificações mediante o Termo de Acordo nº 08/2009 e do Contrato de Concessão de Uso nº LIC/CCU/JP 004-10.

(c) Referem-se a valores retidos dos concessionários e/ou permissionários relativos ao saldo da Conta Gráfica do Rateio das Despesas Comuns - RDC recebidos a maior em períodos anteriores.

14. Depósitos judiciais e provisão para contingências**14.1 Composição e movimentação**

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

A movimentação das provisões esta demonstrada abaixo:

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Outras</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2020	743	7.623	890	9.256
Constituição	3.030	13.100	16.495	32.625
Pagamentos	-	(2.090)	-	(2.090)
Em 31 de dezembro de 2021	3.773	18.633	17.385	39.791
Constituição	642	3.645	1.303	5.590
Pagamentos	-	-	(45)	(45)
Em 31 de dezembro de 2022	4.415	22.278	18.643	45.336

**Contingências Prováveis****a) Outras**

INSS - A Companhia foi autuada administrativamente pela fiscalização do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS para recolhimento de contribuições previdenciárias que foram anteriormente (período de 09 a 12/2009 e 13/2009) objeto de compensação tributária sobre encargos sociais referentes a (i) férias mais 1/3 constitucional, (ii) salário-maternidade e (iii) indenização relativa aos primeiros quinze dias de afastamento por auxílio-doença ou acidente de trabalho. Essa autuação ensejou defesa da Companhia junto ao Poder Judiciário ainda pendente de solução definitiva, o montante provisionado nesta esfera perfaz o valor de R\$ 890 até 31 de dezembro de 2022.

Via Magna Construções e Empreendimentos Ltda. ("Via Magna") - A Ceasaminas celebrou contrato administrativo de concessão de uso LIC/CCU/AE001-14 firmado em 14 de abril de 2014, com a empresa Via Magna, cujo objetivo consistiu na concessão de uso de uma área de 551.724 m², então destinada à construção e exploração de um complexo de atividades varejistas ou atacadistas por um período de 60 anos. Que foi embargado pelos órgãos reguladores, prazo de concessão inválido. Em 19 de novembro de 2014, havia recebido a título da concessão o valor de R\$ 7.008. Em 3 de agosto de 2017, a Ceasaminas decidiu rescindir unilateralmente o contrato de concessão.

A demanda judicial de interesse da Companhia, representada pela Ação Ordinária de Cobrança movida por Via Magna, Processo nº 5009223-11.2020.8.13.0079, que tramitava perante o Juízo da 1ª. Vara Cível da Comarca de Contagem – MG já se findou, com decisão judicial transitada em julgado favorável à CEASAMINAS, proferida em 10 de dezembro de 2020, na qual o d. Juízo julgou extinto o processo, sem julgamento do mérito, com base no art. 485, VII, do CPC, com o acolhimento da preliminar de existência de convenção de arbitragem alegada na contestação.

Neste contexto, o referido processo encontra-se na câmara arbitral sob o nº. 329, sendo este o principal valor que compõe o grupo.

b) Trabalhistas

A Companhia é parte passiva em demandas judiciais ajuizadas por empregados próprios ou de prestadores de serviços (terceirizados) relacionadas com a atividade laboral, plano de cargos e salários, acordos coletivos de trabalho e indenizações.

c) Cíveis

As contingências cíveis estão relacionadas com as operações, produtos e serviços ofertados pela Companhia e que ensejam demandas judiciais (geralmente de conteúdo indenizatório, patrimonial ou moral).

14.2 Contingências possíveis (não provisionadas)

Existem ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré. Com base nos relatórios emitidos pelos seus consultores jurídicos, tais ações são estimadas em possíveis perdas para a Companhia, são elas:

	31/12/2022	31/12/2021
Cível	26.883	61.811
Trabalhista	18.705	16.488
Outras	-	5.501
	45.588	83.800

Logo abaixo estão listadas as ações mais relevantes em que a Companhia figura como Ré, com um possível desfecho negativo:

a) Cível - Processo n. 4577547-33.2008.8.13.0079 em trâmite na 1ª Instância da Comarca de Contagem/MG: Trata-se de demanda judicial onde a seguradora de concessionários alega ter pago o sinistro a algumas empresas em razão do incêndio do Pavilhão 6 do entreposto de Contagem/MG da Companhia em outubro de 2006. A seguradora pleiteia o ressarcimento sob a alegação de ter se sub-rogado nos direitos à indenização quitados pela mesma. - Valor da demanda é de R\$ 2.840.

b) Cível – Processo n.º 5004505-73.2017.8.13.0079, em trâmite perante a 4ª Vara Cível da Comarca de Contagem. Ação de Indenização de Qualilight Energia Ltda. contra a CEASAMINAS no valor de R\$ 5.248.

c) Cível – Processo n.º 5030495-32.2018.8.13.0079, em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Contagem. Tutela Cautelar Antecedente movida por Batuta Produtos Alimentícios Ltda. contra a CEASAMINAS, no valor de R\$ 18.715.

d) Cível MGI – Minas Participações S.A. - Trata-se de uma ação de execução que a MGI Participações S/A move contra a CEASAMINAS (processo nº 0632087-22.1998.8.13.0024) referente a um terreno localizado em Uberlândia com áreas de 49.500 m² de um total global de 200.135 m². Em 18 de junho de 1993, o mesmo foi dado em garantia, objeto de garantia hipotecária em uma escritura pública de empréstimo, onde a Companhia é avalista limitada ao valor do terreno no financiamento concedido a Cooperativa dos Produtores de Hortigranjeiros Ltda. de Uberlândia/MG. Em 2022, a Companhia perdeu o referido processo e já efetivou a baixa do ativo.

14.3 Contingência remota (não provisionada) com valores relevantes

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) – Ministério Público/MG

Em 05 de março de 2015, foi assinado um Termo de Acordo com o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais, junto a ACCEASA (Associação Comercial da Ceasa), SINTRAMOV (Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral), Ascar (Associação dos Carregadores e Chapas Autônomos da Ceasa/Contagem), SINDICAR (Sindicato dos Carregadores do Mercado Livre de Produtores e de Hortifrutigranjeiros do Entrepósito da CEASAMINAS em Contagem) e APHCEMG (Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros das CEASA do ESTADO de Minas Gerais).

De acordo com o TAC a Companhia compromete-se a não permitir a prestação de serviço de trabalhadores informais não cadastrados, sindicalizados ou não, para o trabalho avulso ou de movimentação de mercadorias, seja junto aos seus concessionários ou para si própria, para que haja imediatamente formalização dos contratos de trabalho dos trabalhadores avulsos e “chapas”, seja pela vinculação direta aos tomadores estabelecidos em seu entreposto comercial, seja pela intermediação da mão de obra, nos moldes da Lei 12.023/09, pelo sindicato representativo dessa categoria profissional, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil por trabalhador exercendo atividade em situação irregular. A fiscalização da atividade irregular de trabalhadores informais não cadastrados no sistema de intermediação sindical, ou sem registro formal do contrato de trabalho, será realizado em conjunto com as entidades envolvidas (ASCAR, SINDICAR, SINTRAMOV, CEASAMINAS, ACCEASA e APHCEMG).

Em 24 de julho de 2018, o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais emitiu notificação a respeito da multa atualizada no montante de R\$ 425.048 conforme laudo pericial, devido as irregularidades no entreposto conforme deliberação da última audiência na Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região.

Em 26 de outubro de 2018, através do Despacho no 260129.2018 o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais suspendeu, por ora, a execução da multa. Até a presente data não ocorreram alterações no processo, mantendo suspensa a cobrança de multa.

14.4 Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos em espécie realizados judicialmente para cumprimento das probabilidades de perda em determinados processos judiciais trabalhistas no montante de R\$24.370 em 31 de dezembro de 2022 (R\$7.964 em 2021).

15. Crédito Estado de Minas Gerais (Áreas Reservas Lei 12.422/96 –MG)

O Decreto Estadual nº. 40.963 de 22 de março de 2000, que disciplina o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº. 12.422, de 27 de dezembro de 1996, autoriza o Poder Executivo de Minas Gerais a reservar áreas destinadas aos Mercados Livres do Produtores de Minas Gerais.

Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 29 de novembro de 2013, (i) foi segregado do patrimônio líquido da Companhia o valor referente ao Estado de Minas Gerais, que então, foi transferido para esta rubrica o valor de R\$ 6.305, em contrapartida ao ativo imobilizado registrado naquele período.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

O capital social da Companhia realizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 expressos em reais é de R\$ 26.138 (vinte e seis milhões cento e trinta e oito mil reais) representados por 5.016.339 (cinco milhões, dezesseis mil, trezentos e trinta e nove) ações ordinárias nominativas, criada na forma da Lei Estadual nº. 5.577 de 20 de outubro de 1970 e da escritura pública lavrada no Cartório do 2º Ofício de Notas da Comarca de Belo Horizonte/MG registrada no Livro nº 585-E, folhas 1 a 12v, das quais, 99,57% pertencem à União Federal e o restante aos acionistas minoritários.

Acionista	Número de ações	Participação %	Valor (R\$)
União Federal	4.994.632	99,57%	26.025
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/MG	19.152	0,38%	100
Prefeitura Municipal de Caratinga/MG	2.549	0,05%	13
Rondon Pacheco	1.000	0,00%	-
Alysson Paulinelli	1	0,00%	-
Abílio Machado	1	0,00%	-
Fernando Antônio R. Reis	1	0,00%	-
Luiz Fernando Cirne Lima	1	0,00%	-
Victor de Andrade Brito	1	0,00%	-
	5.016.339	100%	26.138

16.2. Dividendos propostos

Conforme artigo 59 do Estatuto Observadas às disposições legais, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- I. Absorção de prejuízos acumulados;
- II. 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;
- III. No mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos, em harmonia com a política de dividendos aprovada pela Companhia.

Parágrafo único. O saldo remanescente será destinado para dividendo ou constituição de outras reservas de lucros nos termos da Lei. A retenção de lucros deverá ser acompanhada de justificativa em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

Notas explicativas as demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)



Em 31 de dezembro de 2022, conforme ata da 54ª reunião extraordinária do Conselho de Administração da Companhia, foi aprovado a reversão dos dividendos propostos em anos anteriores no montante de R\$1.284.

17. Receita líquida

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a composição da receita líquida da Companhia foi a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Receitas de serviços</u>		
Tarifa de uso (a)	38.746	34.330
Receitas dos MLP's (e)	14.161	12.049
Tarifa de administração (c)	2.758	2.224
Tarifa de transferência (b)	2.413	3.639
Processos Licitatórios (d)	7.711	5.265
Outras receitas	675	566
	66.464	58.073
<u>(-) Deduções da receita</u>		
(-) PIS	(882)	(734)
(-) COFINS	(4.139)	(3.412)
(-) ISSQN	(77)	(58)
Serviços cancelados	-	-
	(5.098)	(4.204)
<u>RECEITA LÍQUIDA</u>	61.366	53.869

- a) Tarifa de Uso** - A receita relativa à "tarifa de uso – box" registrou o efeito comparativo dos períodos findos em 2022 e 2021 (com reconhecimento pelo regime de competência da receita, principal fonte de recurso da Companhia), e são originárias dos Contratos de Concessão de Uso em obediência à Lei n. 8.666/93, substituída pela Lei n. 13.303/16. Em maio de 2022 houve uma correção de tarifa na ordem de 8,86% (5,81% em 2021).
- b) Tarifa de Transferência** – No que tange à "tarifa de transferência" refere-se à receita havida com a transferência, por alteração societária das concessionárias da Companhia (detentoras do direito de uso do espaço concedido), calculadas à razão de 20% do valor avaliado para aludido espaço.
- c) Tarifa de Administração** - A "Tarifa de Administração" é arrecadada pela Companhia para administração do condomínio.
- d) Processos Licitatórios** - A receita com "Processos Licitatórios" decorre do valor cobrado para concessão de uso de espaços determinados nos entrepostos da Companhia.
- e) Receitas dos Mercados Livres do Produtor - MLP's** – Refere-se à permissão de áreas delimitadas nos Mercados Livres do Produtor – MLP's dos entrepostos da Companhia para a exposição e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros pelos Produtores Rurais. Outrossim, essas "Receitas dos Mercados Livres do Produtor – MLP's" constituem a principal fonte de receita dos Mercados Livres do Produtor – MLP's existentes na Companhia.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

Notas explicativas as demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

**18. Despesas gerais e administrativas**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Gastos com pessoal	(23.793)	(22.748)
Energia elétrica	(719)	(503)
Locação	(797)	(595)
Serviços contratados de terceiros	(3.835)	(2.432)
Manutenção e limpeza	(1.403)	(983)
Guarda e vigilância	(2.564)	(2.046)
RDC - Recuperação Despesas Comuns	(1.699)	(2.012)
Amortizações e depreciações	(4)	(42)
Impostos e taxas	(563)	(562)
Provisão para perdas de crédito esperadas (a)	(7.608)	(566)
<i>Impairment</i> do ativo imobilizado	(18)	-
Outras despesas gerais e administrativas	(1.409)	(2.612)
	<u>(44.412)</u>	<u>(35.101)</u>

a) Em 2022 a Companhia efetuou revisão da política de constituição de provisão para perdas de créditos esperadas.

19. Resultado financeiro líquido

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Juros e multas ativos	2.873	1.941
Rendimentos de aplicações financeiras (a)	4.937	1.285
Descontos obtidos	225	78
Outras receitas financeiras	140	256
	<u>8.175</u>	<u>3.560</u>
<u>(-) Despesas financeiras</u>		
Juros e multas	(618)	(67)
Despesas bancárias	(55)	(50)
Descontos concedidos	(156)	(285)
IOF - Imposto Operação Financeira	(65)	(15)
	<u>(894)</u>	<u>(417)</u>
RESULTADO FINANCEIRO	<u>7.281</u>	<u>3.143</u>

a) A variação decorre do aumento das aplicações financeiras no decorrer do ano de 2022.

20. Impostos correntes (Imposto de renda e contribuição social)

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social (calculadas pela aplicação das alíquotas vigentes) e os valores refletidos nos resultados dos exercícios encerrados, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão abaixo demonstrados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro antes do IR e CSLL	18.731	(10.569)
(+) Adições	5.572	32.947
Provisão para contingências	5.590	32.625
<i>Impairment</i> do ativo imobilizado	(18)	-
Outras adições	-	322
(-) Exclusões	(39)	(2.299)
Lucro real	24.264	20.079
Imposto de renda e contribuição social (34%)	(8.250)	(6.827)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(8.250)	(6.827)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.068	998

A Companhia possui prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional.

A Companhia não reconheceu tributos diferidos ativos em função ausência de histórico e expectativa de lucros tributáveis. O valor não reconhecido é de R\$ 13.096 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 11.202 em 2021). Na medida em que se tornar provável a geração de lucro tributável futuro, a Companhia poderá registrar esse ativo, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro.

21. Remuneração e benefícios da Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria

A Companhia considera como “profissionais chaves da administração”, os integrantes da sua Administração, que são estatutários e os membros do conselho de administração. A remuneração dos referidos profissionais, está composta por despesas que incluem salários, encargos sociais, pró-labore e bônus. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Remuneração da Diretoria	743	851
Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria	255	264
	998	1.115

22. Cobertura de seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha as seguintes apólices de seguros vigentes:

Descrição	Limite máximo de Indenização
Responsabilidade Civil Diretores	10.000
Demanda Trabalhista	6.636
Total	16.636

23. Programa Nacional de Desestatização - PND

Por estar incluída no PND, o BNDES passou a conduzir o processo de contratação de estudos técnicos especializados para aprofundamento das análises a fim de assegurar a adequada continuidade das ações visando a desestatização da Companhia.

Em 11 de novembro de 2022, foi publicado no Diário Oficial da União, o edital com informações sobre as condições de desestatização da Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. — Ceasaminas, empresa de economia mista do governo federal, sob a supervisão do Ministério da Agricultura.

O leilão estava marcado para o dia 22 de dezembro de 2022, às 13h, na sede da B3, em São Paulo (SP), no entanto, no dia 14 de dezembro de 2022 foi publicado no Diário Oficial da União a suspensão da sessão pública do Leilão do Edital BNDES nº 003/2022 - Ceasaminas - PPI/PND.

Até a emissão destas demonstrações financeiras não ocorreram movimentações significativas no processo.

24. Eventos subsequentes

Até a emissão destas demonstrações financeiras não ocorreram eventos subsequentes significativos que mereçam destaque.

Contagem, 17 de abril de 2023.

Administradores:

Luciano José de Oliveira
Diretor Presidente e
Diretor Técnico Operacional - Interino
CPF 261.652.606-91

Luciano Pettersen
Diretor Financeiro
CPF 132.450.036-09

Názio Veloso da Silva
CRC/AM 006457/O-0 T-MG
Contador CPF 357.779.316-34